

Produção e inovação

Jose Carlos Abreu (*)

Às vezes, um executivo chega na empresa e diz: “tenho uma ideia nova”. E a resposta que ouve é: “Você sabe se temos demanda comprovada para isto?”

Obviamente, é claro que não. Se a ideia é nova, o mercado ainda vai ter que ser apresentado ao conceito. Este tipo de situação acontece porque muita gente confunde produção com inovação. Inovação vem na frente e quebra paradigmas. O mercado ainda nem pensou e o inovador está lá criando. Foi assim com o Facebook, telefones celulares, rádios, computadores... O inovador não depende de demanda.

A produção, essa sim, depende da demanda. Você produz somente se existe a demanda. Se não há demanda, reduzimos a produção ou até mesmo paralisamos. Essa é a diferença entre economias em crescimento e economias estagnadas. Essa é a diferença entre empresas em crescimento e empresas estagnadas ou em declínio. As empresas em crescimento estão sempre inovando, mesmo antes do mercado pedir. Essas empresas se antecipam e incentivam seus executivos a inovar, criar, pensar fora da caixa. A inovação cria a necessidade no mercado.

Quanto de nós precisava do Facebook, de um iPod, de um Walkman ou de um post it antes desses produtos existirem? As empresas inovadoras inventam o seu futuro. As empresas inovadoras estão correndo na frente do mercado. As empresas estagnadas, as que estão indo para o cada-falso, são aquelas que reagem ao mercado, não inovam. Se o mercado demanda elas atendem. Se não há demanda, se retraem e não criam, nem recriam, não inovam, não inventam, se acomodam, tentam atender reagindo. Não existe proatividade. As empresas em declínio correm atrás do mercado, correm atrás dos concorrentes, correm atrás do cliente.

Observem os automóveis coreanos. Eles estão quebrando paradigmas na indústria automobilística, tal como os americanos fizeram nos anos 50 com seus carrões rabo de peixe e os japoneses fizeram nos anos 70 e 80 com seus carros confiáveis e econômicos. Observem as construtoras que constroem edifícios inteligentes. Observem os chineses. Observem os desenhistas de software indianos. E pelo outro lado, observem a velha Europa. Quem está inovando? Quem está tentando correr atrás do mercado?

“Em time que está ganhando não se mexe” é uma frase bonita, que serve para justificar ficar deitado em berço esplêndido. No ano de 1985,

as enciclopédias dominavam o mercado da informação classificada quando a internet ainda era “apenas” uma inovação sem muitos adeptos. Um dia, no início dos anos 1990, a internet “atropelou” as enciclopédias.

Poderia citar centenas de casos parecidos que aconteceram nas últimas décadas, entre eles os relógios suíços, os microcomputadores da IBM, os rádios, os telefones, os discos de vinil, os carros americanos, as câmeras da Kodak e as máquinas de escrever da Olivetti. Esse tipo de síndrome, ou tipo de crise, afeta as empresas grandes, estáveis ou com mercados garantidos, muitas vezes erroneamente considerados cativos.

É a síndrome dos generais. No exército, o generalato é o cargo máximo de carreira. Os generais sabem que dali vão para a aposentadoria, já chegaram ao topo, não há mais disputa. Então consequentemente um General não precisa inovar. O General não tem que inventar. Os termos

“Céu de Brigadeiro” e “Mar de Almirante” não significam que o mar se acalme quando almirante navega ou que as tempestades dos céus amainem quando um Brigadeiro voa. É ao contrário. Um Almirante só vai navegar se o mar já estiver calmo. Um Brigadeiro só vai voar se o céu já estiver azul bonito.

E como quebrar esse ciclo? Devemos perguntar se a empresa estabilizada pode mudar, sabe mudar, precisa mudar e, principalmente, quer mudar. Um bom começo é iniciar a análise pela forma de recompensa. Empresas que recompensam seus executivos pelo valor absoluto do lucro já garantido, não vão inovar nada. É óbvio. Já empresas que remuneram seus executivos pela derivada primeira das vendas, pelo EVA ou pelo lucro marginal, vão incentivar seus executivos a inovar.

A pergunta que usei para abrir esse artigo (Você sabe se temos demanda comprovada para isto?) tem seu lugar se a proposta fosse de aumentar a produção. Porém, quando a proposta é inovação as perguntas devem ser outras: Isto funciona? É mais econômico? Agrega mais valor ao produto? Tem um custo menor? Tem outros diferenciais em relação aos nossos produtos tradicionais? Temos tecnologia para fazer? Temos a logística para entregar? O cliente vai perceber os diferenciais?

É aquela velha história. Você faz a pergunta errada e terá a resposta errada. Você faz a pergunta certa e terá a resposta certa. No mundo real dos negócios, tudo depende da pergunta certa.

(*) - É coordenador do MBA em Gestão Estratégica, Econômica e Negócios e do MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria do ISAE Escola de Negócios (www.isaebrazil.com.br).

Projeto proíbe o comércio do cobre queimado no País

O autor da proposta, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), explica que o objetivo é combater os problemas decorrentes do furto de cabos elétricos e de transmissão de dados, bem como de tubulações, para o reaproveitamento do cobre neles existente. O texto define como cobre queimado o metal que possua até 96% de pureza e que contenha pequena proporção de estanho, zinco ou resíduos de soldas.

“Como se faz muito difícil a fiscalização dos inúmeros pontos em que o cobre está presente, em todo o território nacional – em fios, cabos e tubulações metálicas –, cremos que a melhor forma de pôr fim a essa atividade ilegal será pela proibição do reaproveitamento e reciclagem das sucatas metálicas de cobre provenientes dessas fontes”, esclarece Sávio.

A proposta prevê que os centros de coleta, reciclagem e venda de sucatas metálicas

em atividade no País terão o prazo de um ano, a partir da data de publicação da lei, se aprovada, para reduzirem a zero seus estoques de cobre queimado. O descumprimento da medida sujeitará os infratores a multa de 20% do valor do cobre queimado encontrado em seus estoques e, em caso de reincidência, à aplicação da multa em dobro e à apreensão total e perda dos estoques dos produtos.

“Embora tal proibição possa, à primeira vista, parecer representar um prejuízo para o País, ela, na verdade, não o é, haja vista que, segundo dados estatísticos recentes, o uso do cobre secundário – isto é, proveniente do reaproveitamento de sucatas – representa menos de 10% dos usos totais de cobre”, afirma Sávio. A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Econômico; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

“É um impossível jurídico rever demarcações de terras indígenas”

O subprocurador-geral da República, Antonio Carlos Alpino Bigonha, responsável pela temática indígena no Ministério Público Federal (MPF), afirmou ontem (23) não haver previsão legal ou constitucional para se reverter a demarcação de terras indígenas no Brasil

“É um impossível jurídico rever demarcações de terras no Brasil”, disse Bigonha. “A não ser que se constatasse alguma nulidade, mas esse é um fato excepcionalíssimo, o que existe no Brasil hoje são terras demarcadas regularmente”, disse.

Bigonha destacou que o processo de demarcação de terras indígenas é previsto na Constituição, motivo pelo qual “não há possibilidade constitucional de paralisar as demarcações ou de regredir nas que já foram demarcadas”. O subprocurador reconheceu a possibilidade de que sejam revistos processos administrativos que resultaram em demarcações no passado, caso haja relevante interesse público. “Mas isso não quer dizer e não pode significar que existe uma dúvida sobre os processos demarcatórios



Ministra da Mulher, Damares Alves, e a procuradora-geral, Raquel Dodge, na abertura do diálogo Perspectivas dos Direitos Constitucionais Indígenas.

ocorridos até agora. Não paira nenhuma dúvida sobre a legalidade e a regularidade desses processos”, afirmou.

As afirmações foram dadas após a mesa de abertura do evento “Perspectivas dos

Direitos Constitucionais Indígenas”, organizado na sede da PGR, em Brasília. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que há dúvidas sobre a condução do tema pelo governo federal. Daí,

a PGR ter aberto um canal de diálogo com o Poder Público. Ela destacou a previsão constitucional para a demarcação de terras indígenas.

“É um dever Constitucional imposto sobre o poder Executivo que não foi cumprido e mais uma vez, diante de um novo governo, a pergunta é refeita: quando as demarcações estarão concluídas para que haja aquilo que a Constituição assegura?”, indagou. Presente à mesa de abertura, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, assegurou aos presentes que “o diálogo está aberto e o Brasil tem uma ministra que ama de fato os povos indígenas”. Para Bigonha, as atribuições da Funai e as demarcações devem ser mantidas no Ministério da Justiça. “O órgão que congrega melhor os esforços para a defesa da causa indígena” (ABR).

Agressor pode pagar por tratamento de vítima de violência

O agressor, nos casos de violência doméstica e familiar, poderá ser obrigado a pagar todos os custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo SUS e pelos dispositivos de segurança usados no monitoramento das vítimas. É o que estabelece o projeto da Câmara, que torna mais rigorosa a Lei a Maria da Penha.

O projeto do deputado federal Rafael Motta (PSB-RN) aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça. O texto determina que o agressor que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial à mulher, será obrigado a ressarcir todos os danos relacionados com os serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas.

O dinheiro deverá ir para o fundo de saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços, de acordo com a tabela SUS. A proposição ainda pune financeiramente o agressor com a obrigação de arcar com os custos das medidas protetivas. Também foi incluído um trecho à lei para impedir que o agressor utilize o patrimônio da vítima ou dos seus dependentes para efetuar o pagamento. O texto igualmente não permite a possibilidade de atenuante e substituição da pena aplicada (Ag. Senado).

‘Se errou, terá de pagar’, diz Bolsonaro sobre Flávio

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem (23) que seu filho Flávio, deputado estadual e senador eleito, terá de “pagar” caso seja comprovado que ele cometeu alguma irregularidade. O primogênito do mandatário vem sendo questionado por conta de movimentações financeiras suspeitas e das relações de seu ex-assessor Fabrício Queiroz com milicianos.

“Se por algum motivo ele errou e ficar provado, eu lamento como pai, mas ele terá de pagar o preço por essas ações que não podemos aceitar”, disse Bolsonaro em entrevista à agência “Bloomberg”. O presidente está em Davos para o Fórum Econômico Mundial.

O Coaf identificou 48 depósitos de R\$ 2 mil em dinheiro vivo nas contas de Flávio entre junho e julho de 2017. O senador eleito diz que o montante é fruto da venda de um apartamento no Rio de Ja-



Flávio, filho mais velho de Bolsonaro, vem sendo questionado por causa de movimentações financeiras.

neiro. Além disso, Queiroz, que foi seu assessor na Assembleia Legislativa do Rio, movimentou R\$ 7 milhões em três anos, valor incompatível com seu salário. O motorista, que até hoje não explicou as transações ao MP, disse na TV que ganhou dinheiro vendendo carros.

Flávio também empregou em seu gabinete a esposa e a mãe

do ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe da milícia da favela Rio das Pedras, no Rio, e suspeito de integrar o “Escritório do Crime”, quadrilha que estaria envolvida na morte da vereadora Marielle Franco. Segundo o filho de Bolsonaro, as nomeações foram indicações de Queiroz (ANSA).

Senado está recuperando documentos do Império

O Senado vem realizando, nos últimos cinco meses, um trabalho de conservação e recuperação de documentos do Império brasileiro. Para isso, foram contratadas duas especialistas em conservação e restauração da UnB, por meio de convênio com a Casa. Elas se juntaram à equipe do Senado, composta por dois restauradores e um conservador e por estagiários de arquivologia.

Júnior Grosse, coordenador do trabalho, explica que a parte do acervo relativa ao Império corresponde a somente 2% do total do arquivo histórico permanente. A digitalização já foi iniciada e a intenção é de que o cidadão comum e os pesquisadores tenham acesso a todo o acervo por meio de consulta ao site do Senado. Ressalta, no entanto, que o processo demanda tempo. O trabalho de identificar o estado de conservação dos documentos é feito em três etapas.

Ismail de Souza Carvalho Neto, responsável pela tarefa, explica como funciona. “Primeiro é feito um diagnóstico. Se o documento estiver em bom estado, ele será digitalizado, um trabalho delica-



A parte do acervo relativa ao Império corresponde a somente 2% do total do arquivo histórico permanente.

do. Não é uma produção rápida”. Explica que a digitalização ainda deve levar cerca de dois anos para ser concluída. Porém, caso o documento esteja parcialmente danificado, deve ser restaurado. “Restaura-se o suporte para que esteja em condições de ser manuseado”.

Já aqueles documentos cujo estado de conservação for classificado como “frágil” serão separados para tratamento posterior. “Existe uma cultura equivocada de que a obra de arte deve ser

apenas preservada. Com isso se perde dinheiro e a obra de arte. O importante é conservar”, afirma Ismail. O trabalho de conservação, segundo ele, consiste em controlar as condições de temperatura, umidade e luminosidade a que o documento está exposto para que não se deteriore. As condições de armazenamento e manuseio também são importantes para sua conservação. O trabalho de triagem da documentação está em fase final e deve se encerrar em um mês (Ag. Senado).

Primeira eleição na Tailândia após golpe será em março

A Comissão Eleitoral da Tailândia anunciou ontem (23) que as primeiras eleições legislativas no país desde o golpe de Estado de 2014 serão realizadas no próximo dia 24 de março. A data foi revelada poucas horas depois da publicação de um decreto de convocação do pleito sancionado pelo rei da Tailândia, Maha Vajiralongkorn. De acordo com o diretor da Comissão, Itiporn Boonpracong, todos os partidos poderão inscrever seus candidatos entre 4 e 8 de fevereiro.

Os cidadãos vão eleger 500 membros do futuro Parlamento da nação, incluindo o primeiro-ministro. Inicialmente, a data da eleição seria em fevereiro, mas precisou ser adiada para o mês seguinte devido ao decreto ter sido assinado tardiamente. O governo militar também pediu para a votação não ser realizada entre 4 e 6 de maio, já que coincidiria com as celebrações de coroação do rei.

O Exército da Tailândia, liderado por Prayut Chan-ocha, atual premier, assumiu o poder em maio de 2014, após um golpe de Estado ocorrido depois que a então primeira-ministra Yingluck Shinawatra foi destituída do cargo. Ela foi acusada de cometer abuso de poder em um caso de nepotismo (ANSA).

Empresas & Negócios
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br